

**Sumário:** Neste artigo, analiso a figura do documento que reproduz uma versão consolidada do contrato de sociedade, consagrada no atual n.º 2 do art. 59.º CRCom. Procuro determinar a razão de ser e o alcance da regra que impõe a apresentação deste documento a registo. Concluo que o preceito impõe à sociedade um dever de informar, que se aplica sempre que algum dos elementos constantes da versão arquivada se mostre desatualizado, independentemente de essa desatualização resultar ou não de uma deliberação de alteração do contrato de sociedade.

**ABSTRACT:** In this article, I analyze the document which reproduces a consolidated version of the instrument of constitution or of the statutes of a company, as per article 59(2) of the Portuguese Commercial Registration Code. I try to determine the purpose and scope of the rule which imposes submittal of this document to registration. I conclude that this provision imposes on the company a duty to inform, applicable whenever the previous version is shown to be outdated, regardless of whether or not such state is the result of a resolution to amend the instrument of constitution or statutes.

MARGARIDA LIMA REGO\*

## O contrato de sociedade como documento

1. O termo «contrato» é vulgarmente usado pelos juristas numa multiplicidade de aceções.<sup>1</sup> Antes de mais, temos a clássica distinção entre o contrato – e, mais amplamente, o negócio jurídico – enquanto ato produtor de norma e enquanto norma produzida pelo ato.<sup>2</sup> Usa-se o termo na primeira aceção quando se fala, por exemplo, na celebração de um contrato. Estão em causa comportamentos humanos a que o direito atribui determinados efeitos jurídicos. Tais efeitos jurídicos, na medida em que resultem do exercício da autonomia privada, configuram a chamada *lex contractus*. É esta a segunda daquelas aceções: o contrato enquanto texto,

\* Advogada;  
Professora da  
Faculdade de Direito  
da Universidade Nova  
de Lisboa

<sup>1</sup> Os dois primeiros parágrafos deste artigo são idênticos aos dois primeiros parágrafos do meu «O contrato e a apólice de seguro», publicado em *Temas de direito dos seguros. A propósito da nova lei do contrato de seguro*, M. Lima Rego (coord.), Almedina 2012, pp. 15-37. A coincidência é, naturalmente, intencional. Os dois artigos correspondem a variações sobre um mesmo tema, em áreas distintas do direito privado.

<sup>2</sup> As expressões são de H. KELSEN, *Teoria pura do direito*, 2.ª ed., Viena 1960, orig. 1934, trad. J. Baptista Machado e rev. Luís Duarte d'Almeida, 7.ª ed., Coimbra 2008, pp. 288-289. Cfr. ainda L. Díez-PICAZO, *Fundamentos del derecho civil patrimonial*, I, 6.ª ed., Pamplona 2007, p. 139.

enquanto resultado da interpretação. É nessa aceção que o termo se usa quando se fala, por exemplo, na vigência do contrato.<sup>3</sup>

Esta duplicidade de aceções é comum às várias línguas modernas que conheço, sendo o contrato uma categoria comum aos principais ordenamentos jurídicos contemporâneos. No entanto, a verdade é que o exato alcance do termo «contrato» não é o mesmo em toda a parte. Estas duas aceções apresentam variantes nacionais ou regionais, consoante o exato alcance do termo nos respetivos ordenamentos jurídicos, apesar de uma aparente convergência linguística levar juristas portugueses, franceses, ingleses, alemães, espanhóis ou italianos a traduzir sem hesitação o português «contrato» pelo francês *contrat*, o inglês *contract*, o italiano *contratto*, o espanhol *contrato* ou o alemão *Vertrag*. Entre as principais diferenças que as figuras apresentam nos vários ordenamentos jurídicos será de sublinhar a circunstância de a categoria franco-italiana do contrato, em que se filia a nossa, abarcar os negócios geradores, quer de efeitos obrigacionais, quer de efeitos reais, cingindo-se a categoria alemã aos efeitos obrigacionais, fora do domínio dos negócios dispositivos, enquanto a categoria anglo-americana se centra na figura da promessa e não tanto na de obrigação. Mas existem várias outras diferenças – pense-se, por exemplo, no requisito inglês da *consideration* que, tradicionalmente, afasta do universo dos contratos os negócios gratuitos.<sup>4</sup>

Ainda numa terceira aceção, temos o contrato enquanto documento.<sup>5</sup> Usa-se o termo nesta última aceção, por exemplo, quando se faz referência

<sup>3</sup> Os exemplos também são de H. Kelsen, cit. *supra* n. 2, pp. 288-289.

<sup>4</sup> Sobre o tema, cfr. R. SACCO/ G. DE NOVA, *Il contratto*, I, 3.<sup>a</sup> ed., Turim 2004, pp. 51 ss (*Genotipi e fenotipi in tema di contratto*); e, para maior desenvolvimento, os vários textos da obra *La nozione di contratto nella prospettiva storico-comparatistica*, S. CHERTI (coord.), CEDAM 2010. Sobre a dissociação, característica do direito alemão, entre negócios obrigacionais (*Verpflichtungsgeschäfte*) e negócios dispositivos (*Verfügungsgeschäfte*), cfr. K. LARENZ/M. WOLF, *Allgemeiner Teil des bürgerlichen Rechts*, 9.<sup>a</sup> ed., Munique 2004, pp. 410-418. Quanto à categoria anglo-americana do contrato, importa ter em conta que, para além dos contratos que configuram uma troca de promessas, existem ainda os chamados *unilateral contracts* (historicamente, os primeiros a gozar de proteção), dentro dos quais se distinguem os casos de *an act for a promise* e os casos de *a promise for an act*, em que a corresponsabilidade existe, não entre duas promessas, mas entre uma promessa e uma conduta não vinculada que, ela própria, tem a dupla natureza de prestação contratual e de declaração negocial, correspondendo, consoante os casos, a uma proposta ou a uma aceitação. Cfr., por todos, J. BEATSON, *Anson's law of contract*, 27.<sup>a</sup> ed., Oxford 1998, pp. 28-29. Cabem, por exemplo, nesta categoria alguns negócios entre nós classificados como negócios unilaterais e não como contratos – por exemplo as promessas públicas (art. 459.º CC).

<sup>5</sup> Sobre a distinção tripartida entre o ato, o conteúdo e o documento, veja-se, por todos, C. FERREIRA DE ALMEIDA, *Texto e enunciado na teoria do negócio jurídico*, Coimbra 1992, pp. 309 ss (§ 15). O autor faz ainda referência à distinção entre os documentos constitutivos,

à circunstância de um dado contrato se encontrar arquivado na sede de uma sociedade comercial. Esta terceira aceção será a menos rigorosa – dir-se-ia que este uso seria pouco menos que coloquial – mas a sua relevância é maior do que normalmente se supõe.

Diga-se, esta tripartição semântica – a circunstância de a palavra «contrato» ora designar um ato, ora os efeitos de um ato, ora um documento que reproduz esse ato – não se aplica apenas aos contratos, mas sim a todos os «atos».

Pense-se na regra constante do art. 171.º CSC (menções em atos externos). «[E]m todos os contratos, correspondência, publicações, anúncios, sítios na Internet e de um modo geral em toda a atividade externa, as sociedades devem indicar claramente» toda uma série de elementos. Esta é, por excelência, a regra que no Código das Sociedades Comerciais («CSC») mais claramente se dirige ao documento, e em especial ao documento escrito, sempre que estejam em causa atos praticados por escrito ou reduzidos a escrito, embora a exigência se aplique a todos os atos, independentemente de estes terem ou não um suporte escrito. Para os casos em que o ato segue a forma escrita, pense-se, por exemplo, numa carta de interpelação que a sociedade dirige a um seu devedor, intimando-o a cumprir. Esta satisfaz as exigências desta regra se imprimir a sua carta em papel timbrado da sociedade de que constem todos estes elementos, não sendo necessário incorporá-los na sua declaração, em sentido estrito – com a ressalva de que, em bom rigor, quem assina uma declaração impressa em papel timbrado se compromete com tudo o que consta do papel timbrado, incluindo o conteúdo do cabeçalho e do rodapé.

O objeto imediato deste artigo é o documento que reproduz uma versão consolidada do contrato de sociedade, figura consagrada no atual n.º 2 do art. 59.º do Código do Registo Comercial («CRCom»).

que são aqueles mediante os quais o negócio é celebrado, e os documentos reprodutivos, que são aqueles em que um negócio previamente celebrado é reduzido a escrito (p. 319), na senda de J. DIAS MARQUES, *Teoria geral do direito civil*, II, Coimbra 1959, pp. 81-85. Já W. N. HOHFELD, *Os conceitos jurídicos fundamentais aplicados na argumentação judicial*, orig. New Haven 1913 e 1917, trad. M. Lima Rego, Lisboa 2008, pp. 17-25, distinguia o contrato enquanto ato e o contrato enquanto norma juridicamente constituída em resultado desse ato, e contrastava os factos operativos e os factos probatórios, realçando a distinção entre o instrumento físico oferecido à inspeção do tribunal e o contrato a que diria respeito. Para o autor, o documento gasta toda a sua força operativa no momento em que é produzido, sobrevivendo a esse momento apenas enquanto prova. Semelhante distinção conceptual tripartida foi traçada, uns anos depois, por A. L. CORBIN, *Corbin on contracts*, Berkeley CA 1952, pp. 4-6 (§ 3).

Procuro determinar a razão de ser e o alcance da regra que impõe a apresentação deste documento, concluindo que, ao contrário do que se tem entendido, a referência legal à «alteração do contrato» deve ser interpretada, neste contexto como nalguns outros, em sentido amplo e não estritamente normativo, impondo à sociedade um dever de apresentar um novo documento, com uma versão atualizada do contrato de sociedade, sempre que algum dos elementos constantes da versão arquivada no registo comercial se mostre desatualizado, independentemente de essa desatualização resultar ou não, rigorosamente, de um ato produtor de norma, i.e. de uma deliberação de alteração do contrato de sociedade. Por identidade de razão, estendo essa conclusão à regra que determina a obrigatoriedade do registo comercial de qualquer alteração do contrato de sociedade. Por fim, e na medida em que esteja em causa o cumprimento de um dever de informar, concluo que as atualizações do texto do contrato de sociedade sem impacto normativo não obedecem ao regime de alteração do contrato de sociedade.

2. Por imposição comunitária, o art. 59.º/2 CRCom estabelece um dever de apresentação de um documento com uma versão completa e atualizada do contrato de sociedade sempre que se registem factos que consubstanciem uma alteração, para arquivo na conservatória do registo comercial (art. 59.º/2 CRCom). O documento tem como destino a pasta da sociedade existente na conservatória do registo comercial do concelho da respetiva sede, salvo se se houver determinado o arquivo dos documentos em suporte eletrónico (art. 57.º CRCom).<sup>6</sup>

Assim se transpôs a Primeira Diretiva do Conselho, de 9 de março de 1968, tendente a coordenar as garantias que, para proteção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos Estados-membros às sociedades, na aceção dos segundo parágrafo do artigo 58.º do tratado, a fim de tornar equivalentes essas garantias em toda a Comunidade (68/151/

<sup>6</sup> Com a redação resultante do DL n.º 76-A/2006, de 29 de março (n.os 1 e 2) e do DL n.º 185/2009, de 12 de agosto (n.º 3). Também este preceito resulta, no essencial, da transposição da Primeira Diretiva (cfr. a versão consolidada do respetivo art. 3.º).

CEE) («Primeira Diretiva»).

<sup>7</sup> Dispõe o respetivo art. 2.º/1/c) (sob a epígrafe «Publicidade»)<sup>8</sup>:

1. Os Estados-membros tomarão as medidas necessárias para que a publicidade obrigatória relativa às sociedades abranja, pelo menos, os seguintes atos e indicações: (...)  
c) Depois de cada alteração do ato constitutivo ou dos estatutos, o texto integral do ato alterado, na sua redação atualizada; (...)<sup>9</sup>

Verificamos, antes de mais, que o preceito se aplica, indistintamente, ao ato constitutivo – ou institutivo<sup>10</sup> – e aos estatutos das sociedades comerciais. O CSC não distingue entre ato constitutivo e estatutos, o mesmo caminho se tendo seguido no CRCom.<sup>11</sup> Caberá ao intérprete distingui-los quando necessário. Para a questão em apreço, não haverá necessidade de o fazer, uma vez que, como vimos, a exigência incide de igual modo sobre ambas as figuras, a essa luz devendo ser interpretado o art. 59.º CRCom.<sup>12</sup>

<sup>7</sup> A Primeira Diretiva foi diversas vezes alterada, e finalmente codificada e simultaneamente revogada pela Diretiva 2009/101/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de setembro de 2009, tendente a coordenar as garantias que, para proteção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos Estados-Membros às sociedades, na aceção do segundo parágrafo do artigo 48.º do tratado, a fim de tornar equivalentes essas garantias em toda a Comunidade. Embora o trecho ora em apreço não tenha sofrido alterações, tomarei como referência, neste artigo, a versão consolidada da Primeira Diretiva resultante da Diretiva 2009/101/CE.

<sup>8</sup> A Primeira Diretiva constituiu os fundamentos do atual direito societário europeu, ao surgir, proposta em 1964 e adotada em 1968, como o primeiro instrumento de origem comunitária regulador deste ramo do direito. De entre as prioridades que fixou, sobressai a de assegurar a harmonização dos ordenamentos jurídicos dos então seis Estados-Membros em matéria de publicidade, o que a tornou conhecida como a «Diretiva da Publicidade». Cfr. S. GRUNDMANN, *Europäisches Gesellschaftsrecht. Eine systematische Darstellung unter Einbeziehung des Europäischen Kapitalmarktrechts*, C. F. Müller 2004, pp. 92-126, a p. 94 (m. 191).

<sup>9</sup> Curiosamente, nas versões inglesa e alemã desta diretiva, no n.º 1, onde em português se diz «atos» usa-se, significativamente, o termo «documentos» (em inglês e alemão, respetivamente, *documents* e *Urkunde*). A versão portuguesa foi fiel à francesa, em que o termo usado é *actes* (o mesmo tendo sucedido com a versão espanhola). Vejam-se, no entanto, as numerosas referências a «documentos e indicações» nos 4.º a 7.º Considerandos, o art. 3.º/3 a 7, art. 4.º/1 a 4 da Primeira Diretiva (numeração correspondente à versão consolidada).

<sup>10</sup> Na expressão de R. PINTO DUARTE, «(Uma) introdução ao direito das sociedades» em *Escritos sobre direito das sociedades*, Coimbra 2008, pp. 9-79, *maxime* pp. 15-19.

<sup>11</sup> Cfr., no entanto, o disposto nos arts. 167.º e 186.º CC (respetivamente, ato de constituição e estatutos das associações e das fundações).

<sup>12</sup> Os estatutos, na sua versão inicial, integram o ato constitutivo, na sua aceção de ato produtor de norma, embora possam constar formalmente de um documento autónomo,

Esta exigência, de influência franco-germânica, surgiu no nosso ordenamento jurídico como uma novidade, sem paralelo no direito português então vigente.<sup>13</sup> A existência, em cada momento, de uma versão consolidada do contrato de sociedade, embora em teoria supérflua, porque a mesma informação resultaria de uma análise de toda a sucessão de factos registados, tem uma importância prática não despreciando, pois facilita o acesso a esta informação por quem não esteja familiarizado com a técnica dos registos, seja um sócio, seja um terceiro, e em qualquer caso simpli-

anexo ao documento principal. Essa possibilidade existe independentemente da modalidade de documento escrito de que se faça uso para celebrar o ato, mas se este se celebrar por escritura pública a possibilidade resulta de regra expressa, constante do art. 64.º/3 e 4 do Código do Notariado (cingindo-se nesse caso a leitura feita pelo notário ao documento principal e dispensando-se a leitura do documento complementar). Independentemente do maior ou menor grau de integração formal dos estatutos no ato institutivo, os estatutos, em sentido normativo, autonomizam-se do ato institutivo, substancialmente, pela sua vocação reguladora da pessoa jurídica que surge por efeito do ato – também eles, substancialmente, constituem um efeito do ato, e assim como a própria sociedade, sobrevivem-lhe. Mesmo nos casos em que, formalmente, as partes não autonomizaram os estatutos, o expurgo das cláusulas com uma vocação meramente transitória, que tenham entretanto caducado, poderá ocorrer sem necessidade de uma deliberação de alteração dos estatutos. Nesse sentido, RAUL VENTURA, *Alteração do contrato de sociedade*, 2.ª ed., Almedina 1988, anotação ao art. 85.º, pp. 27-28 e 74; e P. TARSO DOMINGUES, anotação ao art. 85.º no *Código das Sociedades Comerciais em comentário* coordenado por J. Coutinho de Abreu, II, Almedina 2011, ponto 2 (p. 17). Por exemplo, a identificação completa dos sócios fundadores que deve constar do ato constitutivo por exigência do art. 9.º/1/a) CSC pode cair, pois só se aplica aos sócios que o são no momento inaugural da sociedade, não lhe sobrevivendo, e não carecendo, por conseguinte, de atualização. Dos estatutos propriamente ditos só se exige que conste a identificação dos sócios, nos tipos de sociedades comerciais em que a lei o impõe, e nesse caso já não estaremos perante um ato praticado pelos próprios, pelo que também já não se aplicará o disposto no art. 171.º CSC. Na sua génese, os estatutos partilham da natureza negocial do ato constitutivo. No entanto, enquanto este poderá esgotar os seus efeitos nesse primeiro momento, os estatutos perduram durante toda a vida da sociedade, e, passado esse momento, dispõem em regra de processos próprios de alteração, p. ex. por deliberação maioritária dos sócios ou, nalguns casos, do órgão de administração, fugindo à regra geral do art. 406.º/1 CC. Cfr. RAUL VENTURA, pp. 9-15. As regras aplicáveis à interpretação e integração dos estatutos serão os arts. 9.º e 10.º CC (e não os arts. 236.º a 239.º CC). Nesse sentido, A. MENEZES CORDEIRO, *Manual de direito das sociedades*, I, Almedina 2004, pp. 405-410.

<sup>13</sup> RAUL VENTURA, *Adaptação do direito português à 1.ª Directiva do Conselho da Comunidade Económica Europeia sobre direito das sociedades*, Separata de Documentação e Direito Comparado n.º 2, Lisboa 1981, a p. 23. Cfr., sobre o tema, as pp. 23-26. A principal inspiração deste diploma terá sido o direito alemão, que, por esse motivo, quase não sofreu alterações aquando da sua transposição para o direito interno. Cfr., nesse sentido, S. GRUNDMANN, cit. *supra* n. 8, p. 114 (m. 247).

fica muito o processo de consulta, mesmo por quem tenha experiência na consulta de registos.<sup>14</sup>

Era a seguinte a redação original do art. 59.º CRCom (cuja epígrafe é «Depósito»):<sup>15</sup>

1. Nenhum ato sujeito a registo pode ser lavrado sem que os respetivos documentos sejam depositados na pasta própria.
2. A omissão ou deficiência da inscrição ou averbamento não prejudica os efeitos atribuídos por lei ao registo, desde que o depósito dos respetivos documentos esteja efetuado.
3. Relativamente a cada alteração do contrato de sociedade deve ser apresentado para depósito o texto completo do contrato alterado, na sua redação atualizada, tal como consta da respetiva escritura, podendo, em caso de alteração parcial, constar de documento elaborado pelo interessado, devidamente assinado e com termo de autenticação.
4. O texto a depositar, quando referente a sociedades por quotas, deve mencionar quais os atuais titulares das quotas, as que no balanço devam figurar como amortizadas e os novos montantes nominais das modificadas em consequência de unificação, divisão ou amortização.

O n.º 3 do art. 59.º CRCom foi alterado pelo art. 1.º do DL n.º 349/89, de 13 de outubro, passando a ter a seguinte redação:

3. Relativamente a cada alteração do contrato de sociedade deve ser apresentado, para depósito, o texto completo do contrato alterado, na sua redação atualizada, podendo, em caso de alteração parcial, ser este texto elaborado e assinado pelo representante legal da sociedade.

A redação atual do art. 59.º CRCom (com a nova epígrafe «Arquivo de documentos») resultou do art. 5.º do DL n.º 76-A/2006, de 29 de março:

1. Os documentos que servem de base ao registo lavrado por transcrição são obrigatoriamente arquivados.
2. Relativamente a cada alteração do contrato de sociedade deve ser apresentado, para arquivo, o texto completo do contrato alterado, na sua redação atualizada.

<sup>14</sup> Neste sentido, RAUL VENTURA, *Alterações do contrato de sociedade*, 2.ª ed., Coimbra 1988, p. 72. Cfr. ainda, sublinhando o direito dos sócios e de terceiros a um acesso permanente a informação sobre o teor atual do contrato de sociedade, S. GRUNDMANN, cit. *supra* n. 8, p. 114 (m. 247).

<sup>15</sup> Aprovado pelo DL n.º 403/86, de 3 de dezembro.

3. Num primeiro momento, a versão consolidada do contrato de sociedade a apresentar para depósito na conservatória do registo comercial territorialmente competente podia ser elaborada «pelo interessado», ou seja, pelo requerente do ato de registo em causa, ou pelo seu representado. Esta solução foi afastada em 1989, passando essa tarefa a caber ao representante da sociedade, tendo-se deixado claro que, independentemente de quem pudesse solicitar o registo, cabia à sociedade a entrega para depósito do documento com a versão consolidada do contrato de sociedade. É a melhor solução.<sup>16</sup> Causava, porventura, algumas dificuldades práticas, nos casos em que o registo não era promovido pela sociedade, mas mal se compreendia que pudesse acometer-se a um terceiro, por exemplo a um sócio, a tarefa de certificar o conteúdo atual do contrato de sociedade – porque, parece, é disso que se trata.

Com a reforma de 2006, desapareceu a referência legal à autoria do documento, bem como à sua assinatura. A simplificação do preceito poderá suscitar algumas dúvidas de interpretação, mas a eliminação das referências à autoria e à assinatura do documento não parece ter resultado numa alteração muito substancial de regime.

Antes, era mais claro que o documento tinha um autor e quem ele seria. Mas parece que não pode deixar de continuar a ser assim, bastando, para essa conclusão, a referência a um documento. Nos termos da lei, «diz-se documento qualquer objeto elaborado pelo homem com o fim de reproduzir ou representar uma pessoa, coisa ou facto» (art. 362.º CC). Para o tema desta análise interessa apenas uma subespécie do documento: a dos documentos escritos, que são os suportes duradouros que corporizam um ato de comunicação verbal sob forma escrita.<sup>17</sup> Estes, por sua vez, apenas comportam duas modalidades, de acordo com uma classificação legal fundada na qualidade do seu autor: os documentos particulares e os documentos autênticos (art. 363.º/1 CC).

Numa leitura literal do n.º 1 do art. 373.º CC, dir-se-ia que todos os documentos particulares devem ser assinados pelo seu autor.<sup>18</sup> Na verdade, todos devem ser assinados pelo seu autor *para serem dotados da força*

<sup>16</sup> RAUL VENTURA, *Alteração do contrato de sociedade*, 2.ª ed., Almedina 1988, anotação ao art. 85.º, p. 74, já defendera uma interpretação restritiva do preceito, sustentando que o único interessado, para este efeito, seria a própria sociedade.

<sup>17</sup> Sobre o tema, cfr., por todos, MANUEL DE ANDRADE, *Noções elementares de processo civil*, Coimbra 1979, pp. 222-239.

<sup>18</sup> Ou por outrem, a seu rogo, se o autor não souber ou não puder assiná-los. Quanto aos documentos autênticos, cfr. o art. 46.º/1/n) do Código do Notariado.



*probatória que a lei confere especificamente aos documentos particulares.*<sup>19-20</sup> A lei não constitui na esfera dos seus autores um verdadeiro dever jurídico, antes lhes impõe este ónus. Os documentos não assinados não deixam, por esse motivo, de ser qualificados como documentos, ou como documentos escritos. Poder-se-ia sustentar que já não correspondem a documentos particulares, mas não é essa a nossa tradição.<sup>21</sup> Em regra, «[d]eve entender-se que quem escreveu – ou mandou escrever – um documento, mas não o assinou, não quis vincular-se ao seu conteúdo, não chegou a emitir as declarações nele exaradas».<sup>22</sup> No entanto, mais do que uma assinatura, atualmente não restam dúvidas de que o que se exige em todos os documentos particulares será, mais rigorosamente, a afirmação de autoria que normalmente, mas nem sempre, se exprime pela aposição de uma assinatura a um documento.

Pense-se, antes de mais, nas antigas e consagradas «assinaturas por chancela»: prática que consiste em usar um carimbo com uma configura-

<sup>19</sup> Cfr. o art. 366.º CC. Veja-se, neste sentido, J. M. GONÇALVES SAMPAIO, *A prova por documentos particulares na doutrina, na lei e na jurisprudência*, 2.ª ed., Almedina 2004, pp. 88-93. Os documentos particulares simples, ainda que escritos e assinados pelo seu autor, não fazem prova da sua própria genuinidade. Consideram-se verdadeiros se a letra e assinatura, ou só a assinatura, forem reconhecidas, ou não impugnadas, pela parte contra quem os documentos são invocados. Sempre assim não suceder, há que fazer prova da sua genuinidade. Uma vez reconhecida ou demonstrada a autoria, os documentos particulares assinados pelo seu autor fazem prova plena de que as declarações neles vertidas foram feitas. Quanto aos factos nelas compreendidos, consideram-se provados na medida em que sejam prejudiciais ao declarante. No entanto, quem quiser aproveitar-se de alguns desses factos tem de aceitar aqueles que os infirmem ou modifiquem. Cfr. os arts. 360.º, 374.º e 376.º CC. Cfr. ainda o art. 546.º CPC (arguição da falsidade). Cfr., por todos, a síntese de L. CARVALHO FERNANDES, «Documento» em *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol. 2, cc. 664-671, a c. 669.

<sup>20</sup> Em acréscimo, os negócios jurídicos sujeitos a forma escrita só serão válidos se constarem de documento assinado pela parte ou partes que a ele se vinculam. Cfr. o § 126(1) BGB: «Quando a lei exigir a forma escrita, o documento deve ser assinado pelo punho do emitente, com o seu nome ou com uma rubrica notarialmente reconhecida.» No nosso ordenamento não existe um preceito legal com um alcance literal tão genérico, apenas exemplos pontuais como os constantes dos arts. 410.º/2 ou 1143.º CC.

<sup>21</sup> Cfr. o art. 2431.º do Código de Seabra. Cfr. M. COELHO DA ROCHA, *Instituições de direito civil português*, I, 3.ª ed., Coimbra 1852, p. 128; GUILHERME MOREIRA, *Instituições do direito civil português*, I, Coimbra 1907, p. 681; ou MANUEL DE ANDRADE, cit. *supra* n. 16, p. 229. Veja-se, em sentido distinto, A. VAZ SERRA, cit. *supra* n. 2, pp. 154-155 do vol. 111 e pp. 79-81 do vol. 112. Para o autor, «[o]s documentos não subscritos pela pessoa em cujo nome são feitos não são verdadeiros documentos, dado que não têm por fim fornecer a prova de qualquer facto. (...) Apenas em sentido lato e impróprio podem ser havidos como documentos particulares.» (p. 155).

<sup>22</sup> MANUEL DE ANDRADE, cit. *supra* n. 17, p. 236.

ção semelhante a uma assinatura pelo próprio punho, e que veio a ganhar cobertura no art. 373.º/2 CC. Atualmente, a afirmação de autoria de um documento também poderá fazer-se, de acordo com a terminologia legal, por via de uma «assinatura eletrónica». Esta não é uma assinatura, no sentido tradicional do termo, mas uma *cifra* a que a lei atribui os efeitos, ou alguns dos efeitos, de uma assinatura.<sup>23</sup>

Quanto ao autor do documento com uma versão atualizada do contrato de sociedade entregue numa conservatória do registo comercial, não se vê que possa ser qualquer «interessado». Esse documento contém, em todos os casos, uma declaração do seu autor, que, implícita ou explicitamente, assevera ser aquela a versão atualizada do contrato de sociedade em vigor no momento em que o documento é entregue. Ou seja, é exatamente o que faz o secretário da sociedade, quando exista, por força do disposto no art. 446.º-B/1/h) CSC.

O ato é substancialmente o mesmo, mas a força probatória de um certificado emitido pelo secretário da sociedade ao abrigo da alínea h) do n.º do art. 446.º-B CSC é a mesma de uma certidão do registo comercial,<sup>24</sup> o que não sucede com os documentos exarados por quem mais esteja em posição de dar cumprimento do disposto no art. 59.º/2 CRCom.

Em todos os casos está em causa a emissão de um certificado, pese embora a diferente força probatória atribuída a estes atos, consoante a pessoa do seu autor. Na sua pureza, o certificado distingue-se da certidão por se referir a factos, respeitando esta a um ou mais documentos.<sup>25</sup>

Ao contrário dos documentos que titulam o contrato de sociedade inicialmente celebrado, ou as suas alterações, o conteúdo deste nosso documento, enquanto texto, corresponde em rigor a *metatexto*, atendendo ao seu teor histórico, melhor dizendo, à circunstância de ser um texto sobre

<sup>23</sup> Segundo o art. 3.º/1 do DL n.º 290-D/99, de 2 de agosto, com as alterações até ao DL n.º 88/2009, de 9 de abril, que regula os documentos eletrónicos e a assinatura digital, «o documento eletrónico satisfaz o requisito legal de forma escrita quando o seu conteúdo seja suscetível de representação como declaração escrita» (n.º 1). «Quando lhe seja aposta uma assinatura eletrónica qualificada certificada por uma entidade certificadora credenciada, o documento eletrónico com o conteúdo referido no número anterior tem a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil» (n.º 2). Cfr., sobre as diversas modalidades de assinatura eletrónica, SINDE MONTEIRO, «Assinatura electrónica e certificação (A Directiva 1999/93/CE e o Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto)» em (2002) 133 RLJ 261, a p. 262.

<sup>24</sup> Nesse sentido, S. HENRIQUES, anotação ao art. 446.º-B no *Código das Sociedades Comerciais anotado* coordenado por A. Menezes Cordeiro, Almedina 2009, p. 1144 (m. 7).

<sup>25</sup> Quanto ao primeiro, cfr. os arts. 161.º a 163.º do Código do Notariado. Quanto à segunda, cfr. o art. 383.º CC e os arts. 164.º a 170.º do Código do Notariado. Cfr., no entanto, o disposto nos arts. 75.º ss CRCom (certidões de registo).

outro texto, sendo este último tratado, para este efeito, como um facto, ou conjunto de factos, que aquele descreve ou reproduz.<sup>26</sup>

Um documento é um meio de prova direta *apenas* das declarações nele corporizadas, ou seja, das declarações do seu autor, e não das declarações anteriores que aquelas possam reconhecer ou confirmar.<sup>27</sup> Mais especificamente, o documento é prova de que as declarações *foram feitas* mas não, ou não necessariamente, de que correspondam à verdade.<sup>28</sup> O documento em análise é um meio de prova das declarações de quem assevera, ao produzi-lo, que naquela data é aquele o conteúdo do contrato de sociedade, dele não podendo retirar-se a conclusão de que é esse o seu conteúdo atual.

Uma classificação muito disseminada na comunidade jurídica portuguesa distingue as «declarações de ciência» e as «declarações de vontade».<sup>29</sup> Uma outra classificação, funcionalmente equivalente mas crê-se que simultaneamente mais expressiva e rigorosa do que a primeira, opõe os enunciados assertivos e os enunciados performativos. Esta terminologia, para o direito do negócio jurídico, foi entre nós desenvolvida por FERREIRA DE ALMEIDA.<sup>30</sup> Nesta linha, apelo à distinção entre os enunciados descritivos, *rectius*: predominantemente descritivos, que são aqueles de que pode dizer-se que são verdadeiros ou falsos, e os enunciados normativos, *rectius*: predominantemente normativos, que correspondem àqueles de que pode dizer-se que são válidos ou inválidos. Recorrendo a terminologia própria da teoria da linguagem, os enunciados do primeiro tipo serão ilocuições com uma direção de ajustamento (*direction of fit*) palavra-mundo (*word-to-world*), no sentido de que visam refletir de modo fiel algum aspeto do real (*word-to-fit-world*). Já os do segundo tipo têm por função atuar sobre esse mesmo real, conformá-lo – são ilocuições com uma direção de ajustamento mundo-palavra (*world-to-word* ou *world-to-fit-word*).<sup>31</sup>

<sup>26</sup> Cfr. C. FERREIRA DE ALMEIDA, cit. *supra* n. 5, pp. 318-321.

<sup>27</sup> Neste sentido, F. CARNELUTTI, «Documento e negozio giuridico» (1926) III *Riv. Dir. Proc. Civ.* 181-220, a p. 183.

<sup>28</sup> Art. 376.º/1 e 2 CC.

<sup>29</sup> Por exemplo, MANUEL DE ANDRADE, cit. *supra* n. 17, Coimbra 1979, p. 223, enunciava a classificação doutrinal dos documentos, segundo a natureza da declaração documentada, em documentos *narrativos* ou *informativos*, que conteriam «declarações de ciência», e os documentos *constitutivos*, *dispositivos* ou *negociais*, que conteriam «declarações de vontade».

<sup>30</sup> Cfr., sobre os enunciados assertivos e performativos, bem como para uma crítica à classificação tradicional, C. FERREIRA DE ALMEIDA, *Texto e enunciado na teoria do negócio jurídico*, Almedina 1992, pp. 286-290. A oposição entre os enunciados assertivos e performativos remonta a J. L. AUSTIN, *How to do things with words*. 2.ª ed., J.O. Urmson e M. Sbisà (eds.), Oxford University Press 1975 (1.ª ed. de 1962).

<sup>31</sup> Sobre atos de linguagem e, mais especificamente, sobre a contraposição entre ilocuições com uma direção de ajustamento palavra-mundo e mundo-palavra, cfr. MITCHELL GREEN,

Em bom rigor, não pode afirmar-se que o ato de linguagem vertido no documento com uma versão atualizada do contrato de sociedade corresponda a um enunciado puramente descritivo, atendendo à afirmação implícita de autoria que se retira da aposição de uma assinatura, ou de outro meio de afirmação de autoria deste documento, uma vez que existe em toda a subscrição de um documento um ato de comprometimento com o seu conteúdo.<sup>32</sup> Isto vale, naturalmente, para todos os enunciados predominantemente descritivos.<sup>33</sup>

Um exemplo célebre desta distinção contrapõe duas listas de compras de conteúdo exatamente idêntico. Um dos membros de um casal (A) pede ao outro (B) que vá ao supermercado, entregando-lhe uma lista das coisas que deverá comprar. B assim faz. Sem o saber, está a ser seguido por um detetive privado (C), cuja missão é apontar todas as aquisições de B. No final, ambos saem do supermercado com duas listas aparentemente idênticas. No entanto, enquanto a lista de B determinou o conteúdo do carrinho de compras de B, foi o conteúdo desse carrinho que determinou o teor da lista de C. O papel que A entregou a B continha uma ilocução mundo-palavra. O de C, embora aparentemente igual ao primeiro, continha uma ilocução palavra-mundo. Em caso de erro, ou seja, por hipótese, se B verificasse que em lugar de manteiga o seu carrinho de compras continha um pacote de margarina, B só poderia corrigir este erro substituindo-o por um de manteiga. Já C, dando-se conta de idêntica discrepância entre a

«Speech acts» em *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2009 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/speech-acts/> (ponto 4).

<sup>32</sup> Assim, aparentemente, A. VAZ SERRA, «Provas (direito probatório material)» em (1961) 110 *BMJ* 61-256, (1961) 111 *BMJ* 5-194 e ((1962) 112 *BMJ* 33-299, a pp. 160-161 do vol. 111, para quem a assinatura seria «o acto pelo qual o autor de um documento faz seu o conteúdo deste, o acto, portanto, com que lhe confere a sua autoria e que justifica a força probatória do mesmo documento». Mais claro é J. A. VELOSO, em escrito inédito correspondente a uma comunicação oral no Seminário Permanente de Filosofia e Direito da Sociedade Portuguesa de Filosofia.

<sup>33</sup> E o inverso também ocorrerá. Neste sentido, J. PINTO FURTADO, *Deliberações de sociedades comerciais*, Almedina 2005, p. 283. «Parece-nos, portanto, mais elucidativo e rigoroso distinguir a categoria dos *documentos dispositivos*, *preceptivos* ou *constitutivos* dos simplesmente *informativos*, *assertórios* ou *reprodutivos*, não pela declaração (*de vontade* ou, pelo contrário, *de ciência*) que contêm, mas pelo traço de *darem forma* a uma realidade que esperou pelo documento para se manifestar ou, em vez disso, de noticiarem ou *darem informação* de realidade anteriormente já constituída.» (p. 284) (embora com outra terminologia, o autor parece aludir à distinção acima traçada entre as ilocuições com uma direcção de ajustamento mundo-palavra e palavra-mundo).

sua lista e o carrinho de compras, deveria antes apagar a manteiga da sua lista e escrever, em seu lugar, a palavra «margarina».<sup>34</sup>

Podemos traçar uma distinção semelhante entre o documento em análise, que dá corpo a um ato, normalmente implícito, de certificação de que naquela data é aquela a versão atualizada do contrato de sociedade, e os documentos que corporizam o negócio jurídico propriamente dito e as suas sucessivas alterações. Não obstante a aparente similitude do seu conteúdo, o primeiro contém um enunciado de natureza predominantemente descritiva, como normalmente sucede com as declarações que têm em vista, unicamente, dar cumprimento a deveres de informação. Os segundos, como todos os documentos que dão corpo a negócios jurídicos, integram declarações de natureza predominantemente normativa.<sup>35</sup>

Na eventualidade de verificação de uma discrepância entre o teor do nosso documento e o resultado da sucessão de negócios jurídicos de constituição e alterações do contrato de sociedade, aquele não tem por efeito modificar a realidade que descreve. A verificação de uma discrepância corresponde à identificação de uma incorreção das declarações constantes do nosso documento, podendo esta violação de deveres de informação levar à constituição de uma obrigação de indemnizar na esfera da sociedade e mesmo na do declarante, na eventualidade de se verificarem os pressupostos da responsabilidade civil.<sup>36</sup>

4. A generalidade dos contratos, em sentido normativo, i.e., na aceção de normas produzidas pelos (contr)atos, é resultado da emissão de um conjunto de enunciados de natureza, quer normativa, quer descritiva, ou mista. Em todos eles, por natureza, assumirão especial importância os enunciados normativos – só desses, quando válidos, poderá dizer-se que produzem efeitos jurídicos conformes ao seu próprio significado, explícito ou implícito. Ou seja, só desses emana a chamada *lex contractus*. No

<sup>34</sup> O exemplo é retirado de G. E. M. ANSCOMBE, *Intention*, 2.<sup>a</sup> ed, Harvard University Press 1963, p. 56. A autora não pretendia ilustrar esta distinção, tão-pouco tendo usado a terminologia mais tarde proposta por J. R. SEARLE, «A taxonomy of illocutionary acts», no seu *Expression and meaning: studies in the theory of speech acts*, Cambridge University Press 1979, pp. 1-29, a pp. 3-4. No entanto, ao propor a terminologia ainda hoje usada, este último autor aponta o exemplo de ANSCOMBE como sendo, de longe, a melhor ilustração da distinção.

<sup>35</sup> É claro que depois do momento em que surgem, que é o seu momento produtor de norma, também esses documentos correspondem apenas a meios de prova de que as declarações que contêm foram feitas. Sobre a distinção, cfr. W. N. HOHFELD, cit. *supra* n. 5, pp. 17-25.

<sup>36</sup> Quanto à sociedade, cfr. os arts. 168.º e 169.º CSC.

entanto, vamos encontrar elementos descritivos em todos eles, a começar por alguns dos elementos de identificação das respetivas partes, a data e local de celebração, etc.<sup>37</sup> A estas afirmações, comuns à generalidade dos contratos, poderão acrescer outras asserções: ou porque as partes tiveram por bem explicitar alguns dos pressupostos de facto das normas que criam, descrevendo-os naquilo a que vulgarmente se chama os «considerandos» do contrato ou mesmo no respetivo clausulado, ou porque a isso estavam obrigadas por força de disposição legal injuntiva, como é o caso da informação que as partes estão obrigadas a fazer constar do contrato de sociedade por força, designadamente, do disposto no art. 9.º CSC.<sup>38</sup>

A lei exige que no contrato de sociedade *se faça menção* a certos elementos (art. 9.º CSC). Neste preceito misturam-se, sem grande rigor, regras dirigidas ao conteúdo normativo do contrato, que impõem às partes um conteúdo mínimo para as suas estipulações, sob pena de invalidade,<sup>39</sup> e regras de natureza completamente distinta, criadoras de verdadeiros deveres de informação das partes, a que estas devem dar cumprimento no texto negocial.

Estando o contrato de sociedade sujeito a forma escrita, o resultado de todos estes comandos plasmar-se-á, necessariamente, no documento que o titula.<sup>40</sup> No entanto, só a violação dos primeiros gera invalidade por vício de forma ou por indeterminabilidade, correspondendo o incumprimento dos segundos a uma simples irregularidade, que apenas impede a sociedade de opor os elementos em falta a terceiros de boa fé e pode levar à constituição, na sua esfera, de uma obrigação de indemnizar, na eventualidade de se verificarem os pressupostos da responsabilidade civil,<sup>41</sup> salvo, claro está, na medida em que venha a suscitar-se um problema de anulabilidade devida a erro da parte inocente.

Como exemplo dos primeiros, dos comandos dirigidos ao conteúdo negocial, veja-se a exigência de que conste do contrato de sociedade «[o] objeto da sociedade».<sup>42</sup> No momento a que a regra se refere, o momento da constituição, este elemento *não existe*. O objeto da sociedade não tem uma existência anterior e exógena ao contrato. O sentido da regra é, pois, o de impor às partes um conteúdo mínimo para as suas estipulações: quem pretenda celebrar um contrato de sociedade deve fixar o seu objeto, sob

<sup>37</sup> Cfr. *supra* n. 33 (J. PINTO FURTADO).

<sup>38</sup> Cfr. ainda os arts. 176.º, 199.º, 272.º e 466.º CSC (conteúdo obrigatório do contrato).

<sup>39</sup> Arts. 42.º/1/b) e 43.º/2 CSC.

<sup>40</sup> Arts. 7.º/1 e 4.º-A CSC.

<sup>41</sup> Arts. 168.º e 169.º CSC.

<sup>42</sup> Alínea d) do n.º 1 do art. 9.º CSC.

pena de nulidade. E ao fixarem-no, as partes criam uma norma: nesse momento, surge uma nova sociedade com aquele objeto. As suas declarações correspondem a ilocução com uma direção de ajustamento mundo-palavra.<sup>43</sup> É claro que, num segundo momento, também será importante dar a conhecer o objeto social – as exigências de forma e de publicidade do contrato de sociedade visam assegurar que assim sucederá. Mas o comando em causa, em primeira linha, delimita um dos elementos normativos essenciais do contrato de sociedade.

Veja-se agora a exigência de que constem do contrato de sociedade «[o]s nomes ou firmas de todos os sócios e os outros dados de identificação destes».<sup>44</sup> Ao contrário do que sucede com o objeto da sociedade, os sócios têm existência prévia, exógena ao contrato. Embora a *identificabilidade* das partes seja uma necessidade, em todos os contratos, para satisfazer a exigência de forma escrita bastaria, por exemplo, a aposição das respetivas assinaturas no documento que titula o contrato. A identificação a que a lei se refere, incluindo nomes completos, moradas, números fiscais, etc., ainda que abreviadamente, não é produtora de efeitos jurídicos. Nesta exigência, o que temos é apenas um dever de informar, a cumprir no próprio texto do contrato e também, necessariamente, no respetivo documento. As declarações das partes correspondem aqui a ilocução com uma direção de ajustamento palavra-mundo.<sup>45</sup> Em caso de omissão, ou mesmo de discrepância entre o conteúdo dessas declarações e, por exemplo, os verdadeiros nomes das partes, o problema já não é de validade. E, muito naturalmente, a violação desta norma, no que ultrapasse a simples exigência de identificabilidade, não tem por consequência a invalidade do contrato de sociedade.<sup>46</sup>

Todas estas exigências se aplicam aos atos modificativos do contrato de sociedade que venham a ter lugar durante a vida de uma sociedade, na medida em que os elementos a que elas se reportam sejam modificáveis – o que não é o caso da identificação completa das partes a que acima aludi, já que a letra do preceito restringe essa exigência aos «sócios fundadores».<sup>47</sup> Mas o preceito e outros que o complementam não se esgotam nesta função, dirigindo ainda os seus comandos, mais amplamente, ao *documento* que reproduz o contrato de sociedade, na sua versão atualizada. Esse documento desempenha perante terceiros, e mesmo perante os

<sup>43</sup> Cfr. *supra* o texto junto à n. 31.

<sup>44</sup> Alínea a) do n.º 1 do art. 9.º CSC.

<sup>45</sup> Cfr. *supra* o texto junto à n. 31.

<sup>46</sup> Conforme resulta do disposto no art. 42.º CSC.

<sup>47</sup> Art. 9.º/1/a) CSC.



sócios, uma relevante função informativa sobre o conteúdo do contrato de sociedade.

Vimos que foi para facilitar o acesso de terceiros a informação sobre «os atos essenciais da sociedade e certas indicações a ela respeitantes»<sup>48</sup> que a Primeira Diretiva obrigou os Estados-Membros a tomar «as medidas necessárias para que a publicidade obrigatória relativa às sociedades abranja», entre outros factos, atos e documentos, «o texto integral do ato alterado, na sua redação alterada».<sup>49</sup>

Também vimos que subjacente a alguns dos elementos mínimos a constar de todos os contratos de sociedade está a subordinação das partes, num primeiro momento, e depois da própria sociedade, a deveres de informação, e não a fixação de um qualquer conteúdo mínimo para a *lex contractus*.

A esta luz se conclui que, ao contrário do sentido que até hoje tem prevalecido, quando a lei nacional dispõe, num primeiro momento, que determinada informação deve constar do contrato de sociedade e, num segundo momento, que «[r]elativamente a cada alteração do contrato de sociedade deve ser apresentado, para arquivo, o texto completo do contrato alterado, na sua redação atualizada»,<sup>50</sup> a referência legal à «alteração do contrato» deve ser interpretada em sentido amplo, obrigando a sociedade a apresentar um novo documento, com uma versão atualizada do contrato de sociedade, de cada vez que, por qualquer motivo, um qualquer dos elementos constantes da versão arquivada no registo comercial se mostre desatualizado, independentemente de essa desatualização resultar, estritamente, de uma deliberação de alteração do contrato de sociedade. Isto se mostrará, de seguida, com alguns exemplos.

Está em causa o cumprimento de um dever de informar, o mesmo é dizer, está em causa assegurar a prestação de uma correta informação aos sócios e a terceiros, não sendo especialmente relevante, para determinar o seu alcance, saber se a desatualização incide sobre o conteúdo normativo do contrato, cuja alteração carece de uma deliberação do ou de um dos órgãos para tal competentes, ou se incide sobre o conteúdo meramente informativo do contrato.

<sup>48</sup> 4.º Considerando da Primeira Diretiva.

<sup>49</sup> Art. 2.º/1/c) da Primeira Diretiva (transcrito *supra* junto à n. 9).

<sup>50</sup> Art. 59.º/2 CRCCom.



O mesmo valerá para a interpretação dos preceitos que determinam os factos sujeitos a registo, e, de entre estes, os factos sujeitos a registo obrigatório.<sup>51</sup>

5. Em sentido contrário a este entendimento parece ter-se pronunciado RAUL VENTURA.<sup>52</sup> O autor começa por observar que a atualização do texto do contrato de sociedade não resulta apenas de modificações introduzidas pelos sócios em atos posteriores à constituição, podendo ainda resultar da caducidade de algumas cláusulas ou de disposições legais «quando ordenadas com efeito automático, isto é independentemente de alterações formais dos estatutos». Quanto a estas últimas, o autor sustenta que não deverão constar da versão consolidada até serem objeto de uma modificação por ato dos sócios, porque «a transposição dos preceitos legais para preceitos contratuais expressos exige uma *redacção* das novas cláusulas ou das antigas modificadas, que só pode ser obra dos sócios num acto formal de modificação».

Não é claro o tipo de casos que o autor tem em vista na sua referência à atualização resultante de disposições legais de efeitos automáticos. Mas dir-se-ia que o seu argumento, relativo à necessidade de uma deliberação dos sócios, valeria de igual modo para todas as modificações de redação das cláusulas contratuais.<sup>53</sup> Em sentido muito semelhante, há também quem sustente que toda a alteração de uma cláusula que conste do contrato, «ainda que se trate de uma mera alteração de redação ou até gramatical (*v.g.*, de pontuação), deve ficar sujeita ao respectivo regime legal».<sup>54</sup>

Não creio que assim seja. Com efeito, regressando à distinção acima traçada, se se justifica exigir uma deliberação de um órgão competente para a alteração do conteúdo normativo do contrato, o mesmo não se dirá quanto a alterações de redação sem impacto normativo. Por exemplo, a

<sup>51</sup> Cfr. o art. 3.º/1/r) CRCom, segundo o qual «[e]stão sujeitos a registo os seguintes factos relativos às sociedades comerciais e sociedades civis sob forma comercial: (...) r) [a] prorrogação, fusão interna ou transfronteiriça, cisão, transformação e dissolução das sociedades, bem como o aumento, redução ou reintegração do capital social e qualquer outra alteração ao contrato de sociedade». E o art. 15.º/1 CRCom.

<sup>52</sup> RAUL VENTURA, cit. *supra* n. 13, p. 25.

<sup>53</sup> RAUL VENTURA di-lo mais claramente uns parágrafos mais adiante (cit. *supra* n. 13, p. 28). O autor sustentava que não deveria distinguir-se «conforme a alteração incida sobre a norma material ou apenas sobre a expressão verbal desta», acrescentando que até mesmo para alterar a ordem de duas cláusulas se exigiria a sujeição ao processo legal ou contratual de modificação do pacto social.

<sup>54</sup> P. TARSO DOMINGUES, anotação ao art. 85.º no *Código das Sociedades Comerciais em comentário* coordenado por J. Coutinho de Abreu, II, Almedina 2011, ponto 2 (p. 17).

simples alteração da morada da sede, e não da própria sede, por força de um ato administrativo de alteração da designação do nome da rua ou do número de polícia. Em casos como este, a sociedade que dá o contrato por alterado, em resultado desse ato administrativo, e elabora e apresenta para arquivo, no registo comercial, uma versão consolidada do contrato de sociedade que reflita essa alteração limita-se a dar cumprimento a um dever de informar. Não carece, para o efeito, de uma deliberação de alteração do contrato de sociedade.

Não deverá confundir-se o clausulado, conjunto ordenado de palavras de onde se retira um sentido, e esse mesmo sentido, correspondente ao texto do contrato, conteúdo proposicional das declarações das partes. O mesmo será dizer que não deverá confundir-se o objeto da interpretação e o seu resultado. É claro que a simples eliminação de uma vírgula pode conduzir a uma alteração do sentido de uma frase, com potencial impacto no teor normativo do contrato. O que há que apurar é se a alteração em causa tem ou não impacto normativo – se é suscetível de modificar, ainda que ligeiramente, alguma das regras estipuladas no contrato. Se não tiver, não carece de deliberação do órgão competente para alterar o contrato de sociedade.

Numa situação de alteração da morada da sede por força de um ato administrativo de alteração da designação do nome da rua ou do número de polícia, uma vez que, independentemente de deliberação dos sócios, em resultado desse ato administrativo a sociedade vê constituir-se na sua esfera um dever de informar que se concretiza, entre outros atos, na necessidade de produzir e apresentar a registo uma versão atualizada do contrato de sociedade, esta é matéria que não carece de uma deliberação dos sócios.<sup>55</sup>

Se fosse apresentada em assembleia geral uma proposta de atualização da redação da correspondente cláusula do contrato de sociedade, a sua eventual aprovação – ou rejeição – seria desprovida de efeitos normativos. Em ambos os casos, a sociedade já estaria e permaneceria vinculada ao mesmo dever de informar. Bem entendido, a rejeição de uma proposta não equivale à aprovação de uma proposta em sentido contrário ao da proposta rejeitada. Uma deliberação de aprovação de uma proposta qualitativamente contrária à proposta rejeitada, ou seja de uma proposta de manutenção da redação antiga, sem atualização da morada da sede, seria

<sup>55</sup> Quanto à necessidade de indicação, no contrato de sociedade, do nome do lugar, rua, número de polícia, número de andar, freguesia, concelho, cfr. MARIA ELISABETE RAMOS, em anotação ao art. 9.º no *Código das Sociedades Comerciais em comentário* coordenado por J. Coutinho de Abreu, I, Almedina 2010, ponto 1.5 (p. 166).

uma deliberação nula, porque de conteúdo contrário a preceitos legais injuntivos.<sup>56</sup>

Uma proposta de deliberação é o resultado de uma escolha de uma solução, de entre várias possíveis para uma dada questão, que se apresenta ao órgão colegial em modo alternativo.<sup>57</sup> A proposta deve ser formulada «de modo a submeter à assembleia geral apenas o conteúdo material carecido de uma deliberação deste órgão, aquele apenas que só com fundamento em deliberação da assembleia pode realizar-se e não o conteúdo cuja consecução substancialmente se obtém mesmo sem essa deliberação».<sup>58</sup> No mínimo, o processo deliberativo consistirá na «alternativa dialética do voto positivo (voto de aprovação) e do voto negativo (voto de rejeição)».<sup>59</sup> Há neste processo um pressuposto fundamental: a liberdade de enveredar ou não por um dado caminho. Na falta desse espaço de liberdade, não é de admitir a tese da necessidade de uma deliberação.

Um exemplo de uma alteração sem impacto normativo que não resulta do cumprimento de um dever de informar é a simples atualização da ortografia usada no documento com a versão consolidada do contrato de sociedade, em conformidade com o novo acordo ortográfico. Esta alteração não reflete nenhum facto sujeito a registo, nem obrigatório, nem facultativo. A ela me refiro apenas como mais um exemplo de uma modificação que não careceria de uma deliberação de alteração do contrato de sociedade. Já a alteração da morada da sede está sujeita a registo obrigatório, por força do disposto nos arts. 3.º/1/r) e 15.º CRCom (interpretados no sentido que propugno).

6. O exemplo mais corrente de uma situação em que uma correta interpretação dos preceitos em apreço se mostra relevante é o das transmissões de quotas, sobretudo desde a reforma de 2006.

Numa sociedade por quotas, a identificação dos titulares das quotas deve constar do contrato de sociedade, não só no momento inicial mas

<sup>56</sup> Nos termos do disposto no art. 56.º/1/d) CSC. Os preceitos legais contrariados seriam o art. 9.º/1/e) CSC e o art. 59.º/2 CRCom. A aprovação de uma proposta de não sujeição a registo da nova morada da sede também seria uma deliberação nula, por violação do disposto nos arts. 3.º/1/o) e 15.º/1 CRCom.

<sup>57</sup> Neste sentido, E. L. COELHO, *A formação das deliberações sociais. Assembleia geral das sociedades anónimas*, Coimbra 1994, p. 111.

<sup>58</sup> E. L. COELHO, cit. *supra* n. 57, p. 106.

<sup>59</sup> Na expressão usada por P. CAETANO NUNES, *Dever de gestão dos administradores de sociedades anónimas*, Almedina 2012, p. 62 (as alternativas serão mais numerosas quando existam várias propostas concorrentes).

também durante toda a vida da sociedade.<sup>60</sup> Não há dúvida de que a transmissão de uma quota, ato jurídico que normalmente apenas envolve declarações negociais do transmitente e do adquirente, quando entre vivos, e por vezes apenas do adquirente, ou mesmo de ninguém, quando *mortis causa*, não configura uma alteração do contrato de sociedade em sentido normativo. No entanto, essa transmissão tem como resultado a necessária desatualização da versão completa do contrato de sociedade em arquivo no registo comercial, na parte em que identifica os titulares das quotas. Parece que a mesma desatualização se verifica, ainda que uma quota se mantenha na titularidade da mesma entidade, se esta altera a sua denominação.

Nas duas primeiras versões do art. 59.º CRCom, acima transcritas, havia um n.º 4 que tornava clara a necessidade de apresentação de um documento com uma versão atualizada do contrato de sociedade de cada vez que se registava uma transmissão de quotas de uma sociedade por quotas. Essa referência foi eliminada em 2006. Em simultâneo, as transmissões de quotas passaram a ser objeto de um mero registo por depósito.<sup>61</sup>

A primeira eliminação, por si só, não configuraria necessariamente um obstáculo ao entendimento, que propugno, de que continua a exigir-se, nestes casos, a apresentação do documento com uma versão consolidada do contrato de sociedade, até porque a legitimidade para pedir estes atos de registo cabe apenas à sociedade, e não aos protagonistas do ato ou facto transmissivo.<sup>62</sup>

No entanto, uma vez que as transmissões de quotas não configuram alterações ao contrato de sociedade,<sup>63</sup> em sentido normativo,<sup>64</sup> e que o

<sup>60</sup> Cfr. o art. 199.º/a) CSC e os arts. 3.º/1/r), 15.º/1 e 59.º/2 CRCom. J. COUTINHO DE ABREU, *Curso de direito comercial*, vol. II, 3.ª ed., Almedina 2009, p. 113, e M. ELISABETE RAMOS, anotação ao art. 199.º no *Código das Sociedades Comerciais em comentário* coordenado por J. Coutinho de Abreu, III, Almedina 2011, ponto 1.1 (p. 188), consideram redundante o art. 199.º CSC. No entanto, há que sublinhar que enquanto o art. 9.º/1/a) CSC faz referência aos sócios fundadores, o art. 199.º CSC exige a identificação dos sócios, sem distinguir. Pelo menos até à reforma de 2006, era pacífico, crê-se, que esta referência carecia de atualização ao longo da vida da sociedade, atendendo ao disposto no art. 59.º/4 CRCom. Entendo que continua a ser assim, mesmo à luz da atual versão do art. 59.º CRCom.

<sup>61</sup> Art. 53.º-A/5/a) CRCom, na redação resultante do DL n.º 185/2009, de 12 de agosto, anteriormente renumerada pelo DL n.º 8/2007, de 17 de janeiro (o n.º 5 correspondia ao anterior n.º 4).

<sup>62</sup> Cfr. os arts. 242.º-A a 242.º-F CSC e os arts. 29.º/5 e 29.º-A CRCom.

<sup>63</sup> Cfr., por todos, RAUL VENTURA, *Alteração do contrato de sociedade*, 2.ª ed., Almedina 1988, anotação ao art. 85.º, pp. 17-19; e P. TARSO DOMINGUES, cit. *supra* n. 54, ponto 2 (p. 17).

<sup>64</sup> D. COSTA GONÇALVES/ F. MENDES CORREIA, anotação ao art. 85.º no *Código das Sociedades Comerciais anotado* coordenado por A. Menezes Cordeiro, Almedina 2009, p. 290 (m. 12),

registo por depósito não parece compatibilizar-se com a apresentação de uma versão atualizada do contrato de sociedade, esta deixou de ser exigida por conservadores do registo comercial. Com efeito, ainda que se apresente, com os demais documentos a registar por depósito, um documento com uma versão consolidada do contrato de sociedade, a sua conformidade não será verificada pelo conservador e, por conseguinte, o documento não será tido em conta para os efeitos do art. 59.º/2 CRCom.<sup>65</sup> Ou seja, se alguém solicitar uma cópia certificada do documento com a versão consolidada do contrato de sociedade, ser-lhe-á entregue uma cópia do documento que tenha instruído o mais recente pedido de registo de alteração do contrato de sociedade, e não daquele, ainda que mais recente do que o primeiro.

De resto, continua a permitir-se a entrega, para arquivo, pelas sociedades que nisso façam questão, do documento com uma versão atualizada do contrato de sociedade de que conste a identificação dos novos titulares das quotas, desde que o apresentem para instrução de um pedido de registo de alteração do contrato de sociedade, e paguem o correspondente emolumento.

É vulgar a apresentação de um pedido de registo de alteração do contrato de sociedade que apenas consubstancie a atualização da redação da cláusula com a identificação dos sócios e das suas quotas vir instruída com uma ata da assembleia geral que delibera a correspondente alteração de redação. Quando assim sucede, ou a redação reflete fielmente a realidade que a precede, sendo o registo efetuado, ou não reflete, sendo o pedido recusado, com fundamento na nulidade da deliberação social decorrente da alínea d) do n.º 1 do art. 56.º CSC.<sup>66</sup>

sustentam que nas sociedades que adotaram um dos tipos em que a identidade dos sócios deva constar do contrato as transmissões das participações sociais devem ser acompanhadas de uma modificação do contrato. Não é claro em que sentido o afirma, e, designadamente, se essa sua posição implica a defesa, pelos autores, da necessária submissão de semelhante modificação a um processo de alteração por deliberação do órgão competente.

<sup>65</sup> O registo por depósito consiste apenas num arquivo de documentos (art. 55.º/2 CRCom). É curioso observar que durante uns tempos, os registos de factos respeitantes a quotas, incluindo as transmissões, não careciam da apresentação de documentos, ficando estes arquivados na sede social e consistindo o registo apenas em menção feita com base no pedido. Esta conclusão retirava-se do disposto no n.º 4 do art. 53.º-A CRCom, na versão resultante do DL n.º 8/2007, de 17 de janeiro. Este n.º 4 foi revogado pelo DL n.º 247-B/2008, de 30 de dezembro, que repôs a situação anterior, que é a que temos ainda hoje.

<sup>66</sup> Cfr., a título ilustrativo, a situação de facto que deu azo ao Parecer do Conselho Técnico do Instituto dos Registos e do Notariado proferido no Proc.º n.º R. Co. 11/2011 SJC-CT. Estava em causa uma deliberação de atualização da redação da cláusula identificativa dos sócios e suas quotas aprovada na sequência de unificações de quotas feridas de nulidade,

O mesmo é dizer que o que se exigiria aos sócios, nestes casos, seria a aprovação de uma deliberação correspondente a uma ilocução com uma direção de ajustamento palavra-mundo, porquanto a sua aprovação de uma deliberação de alteração do contrato de sociedade que não identificasse corretamente os sócios e suas quotas seria ferida de nulidade. A sua margem de liberdade, nestes casos, estaria limitada à escolha da ordem pela qual se identificariam os sócios e dos aspetos formais de redação, sem impacto normativo, já que estaria vedado aos sócios, nestes casos, criar ou modificar qualquer norma. Por este motivo, afigura-se infundada a aplicação, a alterações de redação sem impacto normativo como a que nos ocupa, do disposto no n.º 1 do art. 85.º CSC.

Regressando ao principal objeto deste artigo, que é o documento com uma versão consolidada do contrato de sociedade, importa reter que, neste momento, a sua apresentação para instrução de um pedido de registo de transmissão de quota não é tida por obrigatória, numa interpretação que, a meu ver, não é conforme à Primeira Diretiva. Atendendo ao atual regime dos registos por depósito, parece que a única interpretação dos preceitos conforme à Primeira Diretiva será a de considerar que, para além de a própria transmissão de quotas carecer de registo, nos termos do disposto nos arts. 3.º/1/c) e 15.º/1 CRCom, a circunstância de esse facto implicar uma desatualização da versão consolidada do contrato de sociedade arquivada no registo comercial cria, em simultâneo, na esfera da sociedade uma obrigação de promover o seu registo, desta feita em virtude do disposto nos arts. 3.º/1/r) e 15.º/1 CRCom.

Se o primeiro registo se faz por depósito, já o segundo faz-se por transcrição, pelo que não suscita as dificuldades do primeiro. Resulta do que acima disse que conluo pela desnecessidade de apresentação, para instrução do segundo pedido de registo, de um documento que comprove a aprovação, pelos sócios, de uma deliberação que se limite a atualizar a cláusula identificativa dos sócios e suas quotas.

A conclusão pela necessidade de um segundo pedido de registo sai cara às sociedades por quotas, e dá azo a uma desnecessária duplicação de atos

tendo-se entendido que a nulidade destas se estendia à da deliberação de atualização do pacto social, porquanto esta deveria limita-se «a «absorver», na redação do pacto social, as vicissitudes decorrentes daqueles atos jurídicos» (p. 11). *A latere*, é digna de nota a conclusão, veiculada neste parecer, de que embora nos registos por depósito de transmissões por quotas o conservador não aprecie na substância os atos registados, aquando de um subsequente pedido de registo de alteração da cláusula identificativa dos sócios e suas quotas o conservador deve apreciar o conjunto dos documentos anteriormente depositados por forma assegurar o cumprimento do princípio da legalidade consagrado no art. 47.º CRCom (pp. 6 e 11).

de registo, pelo que melhor seria que se regressasse ao regime dos registos por transcrição anterior à reforma de 2006, pelo menos no que respeita às transmissões de quotas, ou se abdicasse da exigência de identificação dos sócios no contrato de sociedade, que não parece compatibilizar-se com o regime de registo por depósito fruto da reforma de 2006.

De resto, se atualmente, de acordo com o entendimento prevalente, não vem sendo exigida às sociedades por quotas a apresentação de um documento com uma versão consolidada do contrato, aquando de um pedido de registo de uma alteração do contrato é prática corrente apresentar-se um documento com uma versão consolidada do contrato que reflita a identidade dos sócios que o forem à data da entrega desse documento, não exigindo os conservadores, para essa atualização, uma deliberação dos sócios, aparentemente em conformidade com o entendimento acima propugnado, de apenas se exigir a sujeição a deliberação do órgão competente para o efeito as alterações do contrato com impacto normativo, e não as elaboradas com o único propósito, e efeito, de dar cumprimento a um dever de informar.

## 7. Conclusões

1. A palavra «contrato» designa, ora um ato que se pratica, ora os efeitos desse ato, ora ainda um documento que reproduz, simultaneamente, o ato praticado e o seu conteúdo, ou apenas o seu conteúdo.

2. Por imposição comunitária, a nossa lei registral criou na esfera das sociedades comerciais um dever de informar, sob a forma de um dever de apresentar um documento com uma versão completa e atualizada do contrato de sociedade sempre que se registem factos que consubstanciem uma alteração, para arquivo no registo comercial (art. 59.º/2 CRCom).

3. Embora o preceito já não o refira expressamente, este documento carece da afirmação de autoria que normalmente, mas não necessariamente, se exprime pela aposição de uma assinatura, pois contém, em todos os casos, uma declaração do seu autor, que assevera ser aquela a versão atualizada do contrato de sociedade em vigor no momento em que o documento é entregue.

4. Pese embora a diferente força probatória que lhe é atribuída, consoante a pessoa do seu autor, está em causa a emissão de um certificado, ainda que normalmente implícito. Em todos os casos, este documento é um meio de prova das declarações de quem assevera, ao produzi-lo, que naquela data é aquele o conteúdo do contrato de sociedade, dele não podendo retirar-se a conclusão de que é esse o seu conteúdo atual.

5. Ao contrário dos documentos que titulam o contrato de sociedade inicialmente celebrado, ou as suas alterações, o conteúdo deste nosso documento, enquanto texto, corresponde em rigor a *metatexto*, atendendo ao seu teor histórico, melhor dizendo, à circunstância de ser um texto sobre outro texto, sendo este último tratado, para este efeito, como um facto, ou conjunto de factos, que aquele descreve ou reproduz.

6. Não obstante a aparente similitude do respetivo conteúdo, o documento com uma versão atualizada do contrato de sociedade contém um enunciado de natureza predominantemente descritiva, não negocial, como normalmente sucede com as declarações que têm em vista cumprir um dever de informar, enquanto os documentos que corporizam o negócio jurídico propriamente dito e as suas sucessivas alterações, como todos os negócios jurídicos, integram declarações de natureza predominantemente normativa.

7. Recorrendo a terminologia própria da teoria da linguagem, os enunciados do primeiro tipo corresponderão a ilocuições com uma direção de ajustamento palavra-mundo, no sentido de que visam refletir de modo fiel algum aspeto do real. Já os do segundo tipo têm por função atuar sobre esse mesmo real, conformá-lo – correspondem a ilocuições com uma direção de ajustamento mundo-palavra.

8. O documento com uma versão consolidada do contrato de sociedade só não corresponde a uma pura narração atendendo à afirmação implícita de autoria que se retira da aposição de uma assinatura, porque existe em toda a subscrição de um documento um ato de comprometimento com o seu conteúdo.

9. No contrato de sociedade enquanto ato produtor de norma também assumem especial importância os conteúdos de natureza meramente descritiva, atendendo à quantidade de informação que as partes estão obrigadas a fazer dele constar por força, designadamente, do disposto no art. 9.º CSC.

10. No art. 9.º CSC misturam-se, sem grande rigor, regras dirigidas ao conteúdo normativo do contrato, que impõem às partes um conteúdo mínimo para as suas estipulações, sob pena de invalidade, e regras criadoras de deveres de informação das partes, cujo incumprimento corresponde a uma simples irregularidade, que apenas impede a sociedade de opor os elementos em falta a terceiros de boa fé e pode levar à constituição, na sua esfera, de uma obrigação de indemnizar. Os primeiros incidem sobre elementos sem uma existência anterior e exógena ao contrato. Os segundos respeitam a elementos com uma existência prévia e exógena ao contrato, não sendo a sua menção no contrato produtora de efeitos jurídicos.



11. Todas estas exigências se aplicam aos atos modificativos do contrato de sociedade que venham a ter lugar durante a vida de uma sociedade, na medida em que os elementos a que elas se reportam sejam modificáveis.

12. Se o dever de apresentação de um documento com uma versão consolidada do contrato de sociedade se caracteriza como um dever de informar, mal se compreenderia que só suscitasse a aplicação deste dever eventuais desatualizações do teor normativo do contrato, e já não as desatualizações de informação que dele deva constar em virtude, precisamente, de um dever de informar.

13. Ao contrário do sentido que até hoje tem prevalecido, quando a lei nacional dispõe, num primeiro momento, que determinada informação deve constar do contrato de sociedade e, num segundo momento, que «[r]elativamente a cada alteração do contrato de sociedade deve ser apresentado, para arquivo, o texto completo do contrato alterado, na sua redação atualizada», a referência legal à «alteração do contrato» deve ser interpretada em sentido amplo, obrigando a sociedade a apresentar um novo documento, com uma versão atualizada do contrato de sociedade, de cada vez que, por qualquer motivo, um qualquer dos elementos constantes da versão arquivada no registo comercial se mostre desatualizado, independentemente de essa desatualização resultar, estritamente, de uma deliberação de alteração do contrato de sociedade. Está em causa o cumprimento de um dever de informar, não sendo especialmente relevante saber se a desatualização incide sobre o conteúdo normativo ou meramente descritivo do contrato.

14. A mesma conclusão valerá para a interpretação dos preceitos que determinam os factos sujeitos a registo, e, de entre estes, os factos sujeitos a registo obrigatório.

15. As atualizações do texto do contrato de sociedade sem impacto normativo não estão sujeitas ao regime de alteração do contrato de sociedade, não carecendo de deliberação de órgão competente para o efeito.

16. Sendo apresentada em assembleia geral uma proposta de atualização da redação da cláusula do contrato de sociedade relativa à sede social, para que dela passe a constar a nova morada da sede, resultante de um ato administrativo de alteração da designação do nome da rua ou do número de polícia, ou a atualização dos nomes dos sócios de uma sociedade por quotas, a sua eventual aprovação – ou rejeição – seria desprovida de efeitos normativos. Em ambos os casos, a sociedade já estaria e permaneceria vinculada ao mesmo dever de informar. Já a deliberação de aprovação de uma proposta qualitativamente contrária à proposta rejeitada, ou seja de uma proposta de manutenção da redação antiga, sem atualização da

morada da sede, seria uma deliberação nula, porque de conteúdo contrário a preceitos legais injuntivos.

17. O registo por depósito não parece compatibilizar-se com a apresentação de uma versão atualizada do contrato de sociedade, para os efeitos do disposto no art. 59.º/2 CRCom.

18. Atendendo ao atual regime dos registos por depósito, parece que a única interpretação dos preceitos conforme à Primeira Diretiva será a de considerar que, para além de a própria transmissão de quotas carecer de registo, a circunstância de esse facto implicar uma desatualização da versão consolidada do contrato de sociedade arquivada no registo comercial cria, em simultâneo, na esfera da sociedade uma obrigação de promover o seu registo.